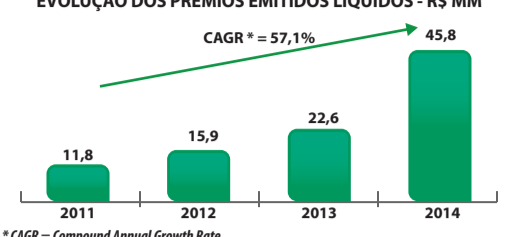


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

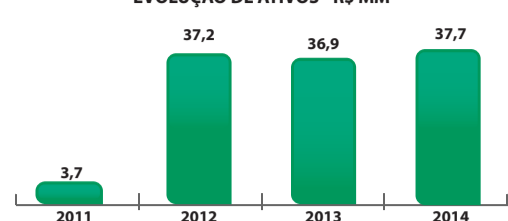
EVOLUÇÃO DOS PRÊMIOS EMITIDOS LÍQUIDOS - R\$ MM



Os sinistros ocorreram totalizando R\$20,2 milhões. A sinistralidade do período ficou em 46,3%, abaixo do índice de 47,2% verificado em 2013. O resultado financeiro alcançou R\$1,9 milhão, contra R\$1,7 milhão de 2013. As despesas administrativas e despesas operacionais totalizaram R\$25,1 milhões, sendo R\$4,6 milhões referentes-se à amortização dos custos de aquisição das carteiras. O valor elevado de despesas administrativas influenciou sensivelmente o resultado do exercício, que foi negativo em R\$1,9 milhão. Os

ativos totalizaram R\$37,7 milhões ao final de 2014, o que representou um acréscimo de cerca de 2,2% em relação ao ano anterior.

EVOLUÇÃO DE ATIVOS - R\$ MM



Capital Social: O patrimônio líquido da Operadora alcançou R\$29,2 milhões em dezembro de 2014, representado por 40.000.000 ações. **Remuneração aos acionistas:** Após as deduções relativas à reserva legal, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 10% do lucro líquido, conforme estabelecido no Estatuto Social.

Agradecimentos: Agradecemos aos acionistas pela confiança nos negócios, aos segurados, aos beneficiários, aos corretores que nos honram pela sua preferência, aos nossos colaboradores pela dedicação e profissionalismo e as autoridades ligadas às nossas atividades, em especial à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) pela renovada confiança em nós depositada.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2015

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

Notas	2014	2013
Ativo		
Ativo circulante	13.420	25.170
Disponível	199	557
Realizável	13.221	24.613
Aplicações financeiras	5	8.833
Aplicações vinculadas a provisões técnicas	1.715	5.338
Aplicações não vinculadas	7.118	7.166
Crédito de operações com planos de assistência odontológica	6	2.559
Contraprestação pecuniária/prêmio a receber	2.422	578
Outros créditos de operações com planos de assistência odontológica	7	137
Despesas diferidas	8	157
Créditos tributários e previdenciários	8	1.561
Bens e títulos a receber	9	108
Despesas antecipadas	3	—
Ativo não circulante	24.311	11.739
Realizável a longo prazo	6.663	2.990
Aplicações financeiras	5	6.380
Aplicações vinculadas a provisões técnicas	6.380	1.286
Aplicações não vinculadas	—	1.696
Créditos tributários e previdenciários	8	50
Ativo fiscal diferido	8	221
Depósitos judiciais e fiscais	12	—
Imobilizado	10	148
Imobilizado de uso próprio	148	140
Não hospitalares/odontológicos	148	140
Intangível	10	17.500
Ativo não classificado	10	8.609
Total do Ativo	37.731	36.909

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas	2014	2013
Passivo		
Passivo circulante	8.403	5.655
Provisões técnicas de operações de assistência odontológica	11	5.952
Provisão de prêmio/contraprestação não ganha - PFCNG	—	474
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	1.092	1.250
Provisão de eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)	4.386	2.253
Debitos de operações de assistência odontológica	12	598
Comercialização sobre operações	598	88
Outros debitos de operações com planos de assistência odontológica	—	5
Tributos e encargos sociais a recolher	13	520
Debitos diversos	14	1.333
Passivo não circulante	146	142
Provisões	15	34
Provisões para ações judiciais	—	34
Tributos e encargos sociais a recolher	13	112
Tributos e encargos sociais a recolher	—	112
Patrimônio líquido	29.182	31.112
Capital social	16	38.134
Reservas de avaliação patrimonial	—	1
Prejuízos acumulados	(8.953)	(7.025)
Total do passivo	37.731	36.909

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

Notas	2014	2013
Contraprestações efetivas/prêmios ganhos de plano de assistência odontológica	43.676	21.513
Receitas com operações de assistência odontológica	45.826	22.580
Contraprestações líquidas/prêmios retidos	18a	45.826
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência odontológica da operadora	18b	(2.150)
Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos	18c	(20.214)
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados	(18.081)	(9.233)
Variação da provisão de eventos/sinistros ocorridos e não avisados	(2.133)	(918)
Resultado das operações com planos de assistência odontológica	23.463	11.362
Outras receitas operacionais de planos de assistência odontológica	18f	46
Receitas de assistência odontológica não relacionadas com planos odontológica da operadora	18f	845
Outras receitas operacionais	845	—
Outras despesas operacionais com plano de assistência odontológica	18f	(2.978)
Outras despesas de operações de planos de assistência odontológica	(1.742)	(252)
Provisão para perdas sobre créditos	(1.236)	447
Outras despesas operacionais de assistência odontológica não relacionadas com planos odontológicos da operadora	18f	—
Resultado bruto	21.375	11.531
Despesas de comercialização	18e	(3.446)
Despesas administrativas	16g	(22.101)
Despesas financeiro líquido	18h	1.892
Receitas financeiras	1.904	1.767
Despesas financeiras	(12)	(24)
Resultado antes dos impostos e participações	(2.280)	(1.319)
Imposto de renda	—	(63)
Contribuição social	—	(38)
Impostos diferidos	211	—
Participações no resultado	141	(188)
Resultado líquido	(1.928)	(1.608)
Quantidade de ações	40.000.000	40.000.000
Prejuízo por ação (lote de mil ações)	(0,05)	(0,04)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

	2014	2013
Prejuízo líquido do exercício	(1.928)	(1.608)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(2)	3
ganho não realizados com títulos e valores mobiliários	(3)	4
Tributos não realizados sobre os ganhos não realizados com títulos e valores mobiliários	1	(1)
Resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	(1.930)	(1.605)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

	2014	2013
Atividades operacionais		
Recebimento de planos odontológica	43.986	23.515
Pagamentos a fornecedores/prestadores de serviço odontológicos	(17.394)	(8.210)
Pagamento de comissões	(3.560)	(1.751)
Pagamento de pessoal	(6.739)	(4.550)
Pagamento de serviços terceiros	(4.893)	(2.597)
Pagamento de tributos	(4.874)	(2.283)
Pagamento de promoção/publicidade	(932)	(632)
Juros de aplicações financeiras	288	311
Resgate de aplicações financeiras	55.227	55.205
Aplicações financeiras	(53.848)	(48.181)
Outros pagamentos operacionais	(5.725)	(5.573)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	1.486	5.254
Atividades de investimento		
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - outros (nota 19)	(491)	(239)
Outros pagamentos das atividades de investimento (aquisição de carteiras)	(1.353)	(4.550)
Caixa líquido (consumido) das atividades de investimento	(1.844)	(4.789)
Variação líquida do caixa	(358)	465
Caixa - no início do exercício	557	92
Caixa - no final do exercício	199	557
Ativos livres no início do exercício	8.862	20.173
Ativos livres no final do exercício	7.118	8.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

	Capital social	Ajuste avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	38.134	—	(5.417)	32.717
Ajustes avaliação patrimonial	—	3	—	3
Prejuízo acumulado do exercício	—	(1.608)	(1.608)	(3.216)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	38.134	3	(7.025)	31.112
Ajustes avaliação patrimonial	—	(2)	(2)	(4)
Prejuízo acumulado do exercício	—	(1.928)	(1.928)	(3.856)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	38.134	1	(8.953)	29.182

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida no resultado do exercício quando o valor contábil do ativo exceda o seu valor recuperável. O valor recuperável é definido no CPC 01 (R1) - Redução do valor recuperável de ativos, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). h) **Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas em consonância com as notas técnicas atuais e determinações contidas nas normas da ANS. As contraprestações foram apropriadas para valor correspondente ao rateio diário "pro rata die" do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. A provisão de sinistros a liquidar é constituída pelo valor do reembolso pleiteado pelo segurador, com base nos documentos recebidos até a data do balanço. O valor contábil na rubrica "Recuperação de sinistros" corresponde às glosas e participação. A provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA), é calculada conforme Resolução Normativa nº 209 de 22 de dezembro de 2009 e alterações posteriores, conforme descrito na subseção II, artigo 16-A. i) **Benefícios aos empregados:** i. Obrigações de curto prazo a empregados: As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Operadora tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. ii) **Provisões judiciais, ativos e passivos contingentes:** A Operadora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado, e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação. Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Operadora possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza civil não relacionada a sinistro, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável. As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e sem pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. iii) **Política de reconhecimento de receita:** i. Reconhecimento de contraprestação emitida de contratos de planos odontológicos - as receitas de contraprestações dos contratos de planos odontológicos são reconhecidas proporcionalmente, e ao longo do período de cobertura do risco dos respectivos contratos. As contraprestações, cuja emissão é antecipada ao período de cobertura de risco, são mantidas em conta específica e reconhecidas no resultado a partir do início do período de cobertura do risco. ii. **Receta de juros -** as receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado) são reconhecidas no resultado de acordo com o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por impairment, a Operadora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. iii) **Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Operadora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que são aprovados na Assembleia Geral Ordinária. iv) **Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** A provisão para imposto de renda do exercício corrente e diferido foram calculadas à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável anual que excede R\$240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda corretos e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a termos reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, à taxa de impostos decretada ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste ao passivo a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas diferenças vigentes às diferenças temporárias quando elas reverterem, até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compostos cada um por um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais corretos, e seguem referidos a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária. As alterações entre a entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributadas distintas, mas que evita a interação de liquidar os impostos corretos passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas. Os créditos por perdas fiscais ou base negativa somente serão registrados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. ii) **Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Operadora:** i. **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:** Em julho de 2014, a IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros. Reconhecimento e Mensuração e Retorno, sob o método de custo amortizado, e a IFRS 9, a norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, permitindo a redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 e após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. E exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013), é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Operadora, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Operadora. ii. **IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas:** A IFRS 14 é uma norma opcional que permite a uma entidade classificar ativos e passivos sujeitos a regulação de tarifas, continuar aplicando a maior parte de suas políticas contábeis para saldos de contas regulatórias diferidas no momento da primeira adoção das IFRS. As entidades que adotam a IFRS 14 devem apresentar contas regulatórias diferidas como rubricas em separado no balanço patrimonial e apresentar movimentações nessas saldos de contas regulatórias diferidas em separado no balanço patrimonial e outros resultados abrangentes. A norma evita a divulgação sobre a natureza e os riscos associados com a regulação de tarifas da entidade e o efeito dessa regulação sobre as demonstrações financeiras. A IFRS 14 está em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 e após essa data. Essa norma não seria aplicável, pois a Operadora elabora suas demonstrações financeiras em base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e emitidas às entidades supervisionadas pela ANS. iii. **IFRS 15 - Revenue from contracts with Customers:** AFRS 15, aplicada em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. O princípio da IFRS 15 contempla uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita. A norma da nova receita é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos da IFRS. Uma entidade introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, que tem início em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada, em análise no Brasil. A Operadora está atualmente avaliando o impacto da IFRS 15 e planeja adotar uma nova norma sobre a efetiva data de entrada em vigor. iv. **Alterações à IFRS 11 Acordos Conjuntos:** Contabilização de Aquisições de Partes Sociárias: As alterações à IFRS 11 exigem que um operador conjunto, que esteja contabilizando a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitui um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinação de negócios. As alterações também deixam claro que uma participação societária previamente mantida em uma operação conjunta não é remunerada sobre a aquisição de participação adicional na mesma operação conjunta enquanto o controle conjunto for retido. Adicionalmente, uma exclusão de escopo foi adicionada à IFRS 11 para especificar que as alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal. As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta e são prospectivamente vigentes para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 e após essa data, não sendo permitida a adoção antecipada no Brasil. Não se espera que essas alterações tenham impacto sobre a Operadora. v. **Alterações à IAS 16 e à IAS 38 - Esclarecimento de Métodos Acreditados de Depreciação e Amortização:** As alterações esclarecem o princípio na IAS 16 e na IAS 38 que a receita reflete um modelo de benefícios econômicos gerados a partir da operação de um negócio (ou qual o ativo faz parte, em vez de benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo. Como resultado, um modelo baseado em receita não pode ser utilizado para fins de operação de ativo imobilizado, podendo ser utilizado somente em circunstâncias muito limitadas para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão em vigor prospectivamente para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão em vigor prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 e após essa data. Não se espera que essas alterações tenham impacto para a Operadora. vi. **Alterações à IAS 27 - Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas:** As alterações permitem que as entidades utilizem o método de equivalência patrimonial ao contabilizar investimentos em controladas, joint ventures e coligadas em demonstrações financeiras separadas. As entidades que já estejam aplicando a IFRS e optem por passar a adotar o método da equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras separadas terão de aplicar essa mudança retrospectivamente. Entidades que elaboram demonstrações financeiras de acordo com as IFRS pela primeira vez e que optem por adotar o método de equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras separadas deverão aplicar esse método a partir da data de transição das IFRS. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 e após essa data, sendo permitida a adoção antecipada, que está em análise no Brasil. Essas alterações não terão impacto sobre as demonstrações financeiras da Operadora.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A política e os controles de gestão de riscos são efetuados pela sua controladora indireta Unimed Seguradora S.A., os quais abrangem as operações de Unimed Odonto S.A. O processo de Gerenciamento de Riscos é conduzido pelo Conselho de Administração, Diretoria e demais colaboradores, aplicado no estabelecimento de estratégias, formuladas para identificar em toda a organização eventos em potencial, os quais são capazes de afetá-la, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite

ao risco desejado. Este processo habilita os colaboradores, em todos os níveis, a entender melhor os riscos aos quais seus processos estão expostos e em ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente na capacitação dos mesmos. Esta nota tem por finalidade apresentar as informações sobre a exposição aos riscos de Mercado, Liquidez, Crédito, Operacional e Subscrição, bem como os respectivos mecanismos de mensuração e gerenciamento destes, permitindo sua identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação. a) **Risco de subscrição:** O risco de subscrição é gerenciado por meio de políticas de aceitação, dos processos de gestão de riscos operacionais e das definições de premissas e acompanhamento das provisões técnicas. A teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e constituição de provisões, sendo que o principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros/benefícios seja maior do que o estimado. i. **Riscos de oscilação da provisão de sinistros:** Além dos critérios definidos em legislação, as metodologias aplicadas para a constituição das provisões, na sua grande maioria, baseadas em métodos usualmente adotados pela comunidade atuarial internacional. A gestão e mitigação do risco de provisão devido ao risco de desvio na qualidade e/ou valor médio dos sinistros ocorridos, a Operadora possui os seguintes procedimentos - Testes de consistência das metodologias de constituição das provisões - Neste procedimento é avaliada a adequação das metodologias utilizadas para a constituição das provisões técnicas. Este procedimento é realizado no mínimo anualmente; - Recalculo das provisões técnicas - Periodicamente são realizados cálculos para avaliar se os montantes provisionados em uma data passada foram adequados. Estes cálculos são feitos no mínimo anualmente; - Acompanhamento mensal da variação das provisões técnicas - Mensalmente são analisadas as variações observadas nas provisões técnicas para acompanhamento da sua adequação. Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir (se necessário), mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo e a tomada de decisão. b) **Risco de mercado:** Possibilidade de perda ocasionada por um movimento adverso nos valores dos ativos e passivos, causada por mudanças nas taxas de câmbio, de juros e em outros indicadores, individualmente ou em conjunto e se subdividida da seguinte maneira: **Risco de oscilação de preços;** Possibilidade de perda no valor da carteira em função de mudanças adversas nos preços, taxas de juros de câmbio, índices e derivativos. i. **Gerenciamento do risco de mercado:** As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado: Para o controle de risco de mercado a Operadora utiliza o conjunto de métricas mais adequado para cada carteira, fundo ou portfólio. Para acompanhamento do risco de mercado seguimos o modelo de VaR (Value-at-Risk). Neste sentido, partes das aplicações financeiras são alocadas em fundos de investimentos abertos e, para estes casos, é realizada análises através do acompanhamento constante junto aos gestores, os quais utilizam modelos como o VaR e ferramentas de avaliação de risco das carteiras destes fundos. Não obstante, contamos com o suporte de consultoria externa para avaliação de risco de mercado. ii. **Resultados do teste de sensibilidade:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores: i) Taxa de juros e cupos de títulos indexados à taxa de inflação (IPCA). Para os títulos classificados na categoria "Ativos mantidos até o vencimento", as oscilações de taxas de juros no mercado não têm qualquer efeito sobre o valor contábil dos títulos, uma vez que estes são corrigidos unicamente pelos juros pactuados. No caso dos títulos classificados na categoria "Ativos disponíveis para venda", o impacto na oscilação das taxas de juros de mercado está diretamente relacionado à duração dos títulos.

Classe de Ativos	Alocação	+1%	-1%
Títulos Pós-Fixados			
Disponível para venda	15.212	153	(131)
Avaliados a Valor Justo	3.061	31	(33)
Impacto no Patrimônio Líquido		153	(153)
Impacto no Resultado		122	(122)
Impacto Líquido de Impostos PL		61	(61)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de reais)

6. CONTRAPRESTAÇÕES A RECEBER

	2014	2013
a) Contraprestações a receber:		
Contraprestação a receber - pessoa física e jurídica	3.633	1.047
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(1.211)	(469)
Participação dos beneficiários em eventos indenizáveis	534	303
(-) Provisão para perdas sobre créditos participação dos beneficiários em eventos	(397)	(263)
Total	2.559	618
b) Movimentação de contraprestações a receber:		
	2014	2013
Contraprestações pendentes no início do exercício	1.350	1.560
Contraprestações/prêmios retidos	45.834	23.048
Participação dos beneficiários em eventos indenizáveis	424	285
Recebimentos	(43.441)	(23.543)
Contraprestações pendentes no final do exercício	4.167	1.350
c) Contraprestações a receber por idade:		
	2014	2013
Contraprestações a vencer		
De 1 a 30 dias	352	196
Contraprestações vencidas		
De 1 a 30 dias	2.208	388
De 31 a 120 dias	685	177
De 121 a 365 dias	537	254
Superior a 365 dias	385	335
Total	4.167	1.350
d) Provisão de crédito de liquidação duvidosa:		
	2014	2013
Saldo no início do exercício	732	1.179
Constituições	3.585	1.422
Reversões	(2.348)	(1.869)
Baixa de prêmio incobrável	(361)	-
Saldo no final do exercício	1.608	732

10. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Movimentação							2014	
	Saldo em 2013	Aquisições	Depreciação	Outros/transferências	Saldo em 2014	Custo de aquisição	Depreciação acumulada		Valor líquido
a) Imobilizado:									
Hardware	10	-	3	-	13	49	(36)	13	20
Móveis, máquinas e utensílios	117	49	(16)	(30)	120	170	(50)	120	10
Equipamentos	13	4	(2)	-	15	23	(8)	15	10
Imobilizações em curso	-	1.408	-	(1.408)	-	-	-	-	-
Total	140	1.461	(15)	(1.438)	148	242	(94)	148	
b) Intangível:									
	Saldo em 2013	Aquisições	Amortização	Outros/transferências	Saldo em 2014	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais de amortização (%)
Software	484	230	(763)	1.771	1.722	2.601	(879)	1.722	20
Aquisição de carteira (*)	7.867	12.469	(4.558)	-	15.778	20.469	(4.691)	15.778	20
Outros intangíveis	258	93	(18)	(333)	-	41	(41)	-	20
Total	8.609	12.792	(5.339)	1.438	17.500	23.111	(5.611)	17.500	

(*) Refere-se à aquisição da carteira Unimed Vitória, cuja operação iniciou em 1º de janeiro de 2014.

11. MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS DE PROVISÕES TÉCNICAS

	Provisão de prêmio/contraprestação não ganha - PPCNG	Provisão de eventos/sinistros ocorridos e não avisado - PEONA	Provisão de eventos/sinistros a liquidar	Total
Saldo no início do exercício	482	2.253	1.250	3.985
Constituição	8.902	2.133	18.350	29.385
Reversão	(8.910)	-	(1.114)	(10.024)
Pagamentos	-	-	(17.394)	(17.394)
Saldo no final do exercício	474	4.386	1.092	5.952

12. DÉBITOS DAS OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

São registrados nesta rubrica os valores referentes às comissões de vendas por angariação de Planos de Assistência Odontológica a pagar que totalizaram R\$598 no exercício de 2014 (R\$93 em 2013).

13. TRIBUTOS E ENCARGOS A RECOLHER

	2014	2013
Impostos sobre serviços - ISS	91	66
Contribuições previdenciárias	154	102
Impostos e contribuições retidos na fonte	100	59
Demais tributos e encargos a recolher	175	53
Subtotal	520	280
Imposto de renda	67	67
Contribuição social	40	40
Demais tributos e encargos a recolher	5	4
Subtotal	112	111
Total	632	391

14. DÉBITOS DIVERSOS

	2014	2013
Passivo circulante	595	703
Obrigações com pessoal	212	115
Fornecedores	274	60
Depósitos de terceiros	204	362
Despesas compartilhadas	48	57
Outros	-	-
Total	1.333	1.297

7. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	2014	2013
Constituição	169	-
Reversão	(12)	-
Saldo no final do exercício	157	-

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E TRIBUTOS DIFERIDOS

	2014	2013
Impostos e contribuições a compensar:		
Crédito tributário IRPJ e CSLL a compensar	1.157	680
Antecipação de IRPJ e CSLL	404	179
Outros créditos tributários	-	1
Total circulante	1.561	860
Ajustes temporais de IRPJ Diferido:	138	5
Ajustes temporais de CSLL Diferida:	83	3
PIS diferido	7	-
COFINS diferido	43	-
Total não circulante	271	8

9. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	2014	2013
Adiantamentos a funcionários	39	36
Outros créditos a receber (*)	69	10.595
Total	108	10.631

(*) Contempla valores de adiantamento referente à aquisição da carteira de clientes da Unimed Vitória Cooperativa de Trabalho Médico no montante de R\$10.000 em 2013 (vide nota 1).

registrada na rubrica de despesas administrativas e débitos diversos a pagar de curto prazo; e • A Operadora paga para sua controladora prêmios de seguros saúde de seus funcionários no montante de R\$327 (R\$152 em 2013) e para sua controladora indireta (Unimed Seguradora S.A.) prêmios pela contratação de seguro de vida e plano de previdência complementar distribuído aos seus funcionários no montante de R\$72 (R\$69 em 2013).

	2014	2013
Passivo:		
Fornecedores		
Unimed Seguros Saúde S.A.	34	-
Débitos diversos		
Unimed Seguros Saúde S.A.	67	183
Unimed Seguradora S.A.	137	179
Total	238	362
Receitas:		
Contraprestações emitidas		
Federação Interestadual do Estado de Minas Gerais	43	35
Unimed Seguros Saúde S.A.	86	56
Unimed Seguradora S.A.	83	51
Total	212	142
Despesas:		
Despesas administrativas		
Despesas com pessoal próprio		
Unimed Seguros Saúde S.A.	327	152
Unimed Seguradora S.A.	72	46
Despesas administrativas compartilhadas		
Unimed Seguros Saúde S.A.	1.440	1.770
Unimed Seguradora S.A.	1.543	1.608
Total	3.382	3.576

18. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

	2014	2013
a) Contraprestações emitidas líquidas:		
Contraprestações emitidas	48.780	24.160
Contraprestações canceladas/restituídas	(2.954)	(1.580)
Total	45.826	22.580
b) Tributos diretos de operações com planos de assistência odontológica:		
COFINS	(1.019)	(403)
PIS	(169)	(87)
ISS	(962)	(577)
Total	(2.150)	(1.067)
c) Eventos indenizáveis líquidos:		
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados	(20.507)	(9.518)
Varição da provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA	(2.133)	(918)
Subtotal	(22.640)	(10.436)
Glossas	2.002	-
Recuperação de eventos/sinistros	424	285
Subtotal	2.426	285
Total	20.214	10.151

i. *Abertura dos eventos conhecidos ou avisados (-) recuperações de eventos*

	Consulta médica	Demais despesas	2014	2013
Planos Individuais/Familiares				
Rede contratada	-	4.407	4.407	-
Total	-	4.407	4.407	-
Planos Coletivos Empresariais				
Rede contratada	-	13.674	13.674	-
Reembolso	-	-	-	-
Total	-	13.674	13.674	-
Total de eventos (-) recuperação	-	18.081	18.081	-
Planos Individuais/Familiares				
Rede contratada	77	247	324	-
Total	77	247	324	-
Planos Coletivos Empresariais				
Rede contratada	1.461	7.326	8.787	-
Reembolso	38	84	122	-
Total	1.499	7.410	8.909	-
Total de eventos (-) recuperação	1.576	7.657	9.233	-

d) **Despesas de comercialização:**

	2014	2013
Comissões sobre contraprestações/prêmios emitidos	(3.446)	(1.766)
Total	(3.446)	(1.766)

e) **Outras receitas e despesas operacionais:**

	2014	2013
Outras receitas operacionais	46	16
Outras receitas operacionais não relacionadas com planos de saúde	845	-
Despesas com encargos sociais	(1.246)	(740)
Outras despesas operacionais	(496)	(252)
Provisão para perdas sobre créditos	(1.236)	447
Outras despesas operacionais não relacionadas com planos de saúde	-	(42)
Total	(2.087)	(571)

f) **Despesas administrativas:**

	2014	2013
Despesas com pessoal	(8.296)	(5.820)
Serviços de terceiros	(4.185)	(3.510)
Localização e funcionamento	(7.786)	(1.389)
Despesa com publicidade e propaganda	(1.406)	(913)
Outras	(236)	(188)
Subtotal	(21.909)	(11.820)
Despesas com tributos:		
Taxas de saúde suplementar	(162)	(136)
Imposto sobre serviços - ISS	(12)	(65)
Outros	(18)	(66)
Subtotal	(192)	(267)
Total	(22.101)	(12.087)

g) **Receitas e despesas financeiras:**

	2014	2013
Receitas:		
Receitas com títulos privados	779	204
Valor justo	332	58
Disponível para venda	447	146
Receitas com títulos públicos	943	825
Disponível para venda	943	825
Receitas com fundos de investimento	28	579
Valor justo	28	579
Receitas financeiras com operações de assistência à saúde	64	71
Outras receitas financeiras	90	88
Total	1.904	1.767
Despesas:		
Despesa financeira com operações de seguros	(1)	(4)
Encargos sobre provisões para contingências	(4)	-
Outras despesas financeiras	(7)	(20)
Total	(12)	(24)

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) **Despesas de imposto de renda e contribuição social:**

	Imposto de renda	Contribuição social
	2014	2013
Prejuízo antes dos impostos sobre o resultado	(2.139)	(1.507)
Adições:		
Provisão para contingências	123	36
Provisão para risco de créditos	875	-
Brindes e patrocínio	-	83
Programa de participação no resultado	82	82
Outras	184	184
Exclusões:		
Reversão de contingências	(120)	(7)
Provisão para risco de créditos	-	(447)
Base de cálculo:	(995)	(1.842)
Tributos correntes	-	-
Constituição (reversão) de créditos tributários sobre diferenças temporárias	132	(63)
Resultado imposto de renda e contribuição social	132	(63)

20. CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO E O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	2014	2013
Prejuízo do exercício	(1.928)	(1.608)
Ajustes para:		
Provisão de risco de crédito	1.236	(447)
Depreciação e amortização	5.355	213
Outros ajustes	23	(9)
Aplicações financeiras	(273)	6.056
Crédito de operações com planos de assistência à saúde	(3.178)	210
Créditos tributários e previdenciários	(751)	(407)
Bens e títulos a receber	(1.380)	(38)
Ativo diferido	(370)	(8)
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	1.967	2.047
Débitos de operações de assistência à saúde	(7)	(9)
Tributos e contribuições a recolher	241	176
Débitos diversos	548	(951)
Provisões judiciais	3	29
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.486	5.254
Varição Fluxo de Caixa Operacional	1.486	5.254

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Lei 12.973/14: A Administração efetuou uma avaliação das disposições contidas na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014 (antiga "MP 627/13"). Embora a Lei nº 12.973/14 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração não efetuou a opção pela adoção antecipada. De acordo com as análises da Administração, não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 decorrentes da Lei nº 12.973/14. b) Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Operadora não possui instrumentos financeiros derivativos.